

Pacote é novo teste no Congresso

Mariluce Moura

Brasília — As ameaças veladas do PMDB, tanto quanto as críticas escancaradas da oposição, disparadas do Congresso em direção ao pacote fiscal cuidadosamente armado nos gabinetes do Ministério da Fazenda, começam a abalar a segurança do Governo quanto à sua aprovação. Os técnicos da área econômica já sabem que se não conseguirem ser muito convincentes no programa de investimentos sociais, que seguirá acoplado ao pacote, dificilmente passará no Legislativo a proposta de aumento de carga tributária para 86, mesmo por maioria simples.

Na discussão que deverá ocorrer entre os dias 18 e 28 de novembro — período previsto igualmente para a votação das emendas da Constituinte e da reforma tributária —, os parlamentares, e em especial os rebeldes do PMDB, vão exigir mais que um detalhamento do plano de aplicação dos recursos, obtidos à custa do aumento de impostos, na área social.

— Vamos exigir também garantias de que estes recursos serão efetivamente canalizados para os fins definidos no programa social. Vamos questionar os meios de que o Governo dispõe, para assegurar que as verbas não ficarão emperradas nos caminhos burocráticos do Governo, servindo para tapar buracos orçamentários — sintetiza o Deputado João Hermann (PMDB-SP).

É claro, prevenidos pela experiência da primeira votação da emenda da Constituinte, os técnicos do Governo envolvidos com o programa econômico para 86 prepararam-se para oferecer as respostas possíveis.

— Vamos mandar ao Congresso o pacote completo, ou seja, não só uma proposta de aumento da carga tributária, mas também uma exposição de motivos, relatando tudo o que vai acontecer e para que, com um diagnóstico da situação, as soluções possíveis e a utilidade do aumento de impostos — explica o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Luís Gonzaga Belluzzo.

Na exposição de motivos estará, segundo Belluzzo, todo o detalhamento da aplicação dos recursos na área social, “para que o Congresso não vote sem saber para que eles servem”.

— Haverá, por exemplo, um programa de criação de pequenos empregos nas principais cidades brasileiras, com gastos de Cr\$ 9 trilhões — observa. E o Ministério da Fazenda, garante, está definindo uma forma para que o programa seja controlado de Brasília, sem prejuízo no entanto da autonomia que as Prefeituras devem ter no seu gerenciamento.

A preocupação para evitar a ineficiência da máquina administrativa, “de que o Presidente Sarney tanto tem reclamado”, lembra Belluzzo, existe também dentro do Ministério da Fazenda, assegurando. “Ninguém quer que se perca no caminho a intenção, o objetivo”, diz.

Boas intenções à parte, ainda que enfática e exaustivamente repetidas, os técnicos do Governo evidentemente não podem ficar tranquilos, quando o partido que em tese o apóia tem nas suas fileiras parlamentares que produzem frases como esta: “Falta partido. Alguma coisa que vincule o parlamento à sociedade e tudo isso expresso num claro programa partidário”. Segundo este parlamentar, a preparação do pacote, por economistas do PMDB, “entre sussurros, nos laboratórios do Ministério da Fazenda, só comprova o lado melancólico do quadro político brasileiro”.

A questão que Sarney expressou como “a necessidade que o PMDB tem de optar entre jogar para a platéia ou ser o partido do Governo”, estará, portanto, novamente em cena na votação do pacote.

E será, na verdade, um pacote muito menos alentado, do que originalmente se previa, que estará em cheque. Porque mesmo que o Executivo envie para o Congresso o seu programa econômico para 86, completo — preocupado em depois encaminhá-lo ao FMI, com um questionável aval político —, apenas a parte fiscal que vai integrá-lo é que exige a aprovação do Legislativo, para vigorar no próximo ano.

Os Deputados e Senadores discutirão, portanto, a elevação do Imposto de Renda para pessoas físicas que ganham mais de 30 salários mínimos, assim como a elevação ou alteração de impostos sobre o mercado financeiro. Discutirão as mudanças na sistemática de recolhimento do Imposto de Renda, para evitar que o Governo retenha muito além do imposto efetivamente devido e depois tenha que fazer devoluções que transtornam o seu

caixa. Como debaterão as alterações na alíquota progressiva do Imposto de Renda, que podem reduzir o imposto pago pelos assalariados de mais baixa renda.

Os novos tributos que o Governo pretende criar irão ao Congresso na forma de um projeto de lei ordinária e, por isso, para aprová-los, será preciso a posição favorável de 240 Deputados e 46 Senadores. E os parlamentares, as lideranças do PMDB, sabem que por este meio o Governo quer obter mais Cr\$ 40 trilhões — Cr\$ 4 trilhões originários do aumento de imposto para pessoas físicas — para reduzir o seu déficit.

O programa que vai ao Congresso deve incluir a privatização de estatais — que vai constituir o núcleo da fala de Sarney à Nação, na próxima terça-feira —, através de que o Governo espera obter, em 86, pelo menos mais Cr\$ 15 trilhões para o seu caixa. Inclui o aumento das tarifas dos serviços públicos, que lhe renderá mais Cr\$ 12 trilhões.

O Executivo abordará no seu pacote amplo os ganhos financeiros que espera obter com a redução da taxa de juros, da ordem de mais ou menos Cr\$ 20 trilhões e a arrecadação extra que prevê, por força do crescimento econômico, que, junto com contenções no crescimento da massa de salários dos funcionários públicos, vai lhe permitir abater mais cerca de Cr\$ 50 trilhões no seu déficit. É com tudo isto que o Governo conta para uma redução do déficit de 86, de Cr\$ 211 trilhões para Cr\$ 80 trilhões.

Nada disso, no entanto, precisa, em termos legais, de aprovação do Congresso para que o Governo possa agir. Rigorosamente, só o aumento de impostos está em jogo, porque nem a privatização de estatais, apesar de toda a discussão ideológica que provoca, nem a troca do Imposto de Renda pelo IOF, nas operações financeiras de curto prazo, que o Conselho Monetário pode determinar, dependem do Legislativo.

Ainda assim, os técnicos da área econômica sabem que, sem apoio de partido, ou, sem instrumentos de exceção, não se leva para lugar nenhum uma política econômica. E, neste momento, esperam com ansiedade os resultados das eleições do dia 15, porque, raciocinam, na hora que ficar muito claro quem ganhou e quem perdeu, prêmios e punições, será mais fácil lidar com o Congresso.